

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES: REFLEXÕES A PARTIR DA RAÇA E DO RACISMO

Tiago Dionísio da Silva

Doutorando e Mestre em Educação pela UFRRJ. Formador da área de Ciências Humanas da UNIVERSEEDUC/RJ. E-mail: tiago_dionisio@hotmail.com.br

Tatiane Pacheco de Mattos

Doutoranda e Mestre em Educação pela UFRRJ. Orientadora Educacional da SEEDUC/RJ. E-mail: prof.tatianerj@gmail.com

RESUMO: A população negra sempre foi excluída do processo educacional. Portanto, considerando a Lei 10.639/03 que torna os conhecimentos sobre a questão étnico-raciais obrigatórios na educação básica, este artigo tem como objetivo analisar a questão da Raça e do Racismo no Programa Nova Política de Educação para os Jovens e Adultos (“Nova EJA”), implantada pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Esta pesquisa se classifica como quali-quantitativa, pois foram aplicados 105 questionários aos estudantes do ensino médio da EJA em duas escolas estaduais do município de Mesquita, na Baixada Fluminense. Além de construir um perfil dos estudantes, os dados compreendem a EJA como fruto da desigualdade socioeconômica. Constatou-se que a maioria são jovens, negros, desempregados ou que trabalham informalmente. Também foi constatado o silenciamento dos conteúdos escolares básicos. Sendo necessário considerar o contexto que os estudantes estão inseridos, bem como o combater de quaisquer formas de discriminação.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores; Raça; Racismo; Lei 10.639/03; Prática Pedagógica.

EDUCATION OF YOUNG AND ADULT WORKERS: REFLECTIONS FROM RACE AND RACISM

ABSTRACT: The black population has always been excluded from the educational process. Therefore, considering Law 10.639 / 03, which makes knowledge about the racial ethnic issue compulsory in basic education, this article aims to analyze the issue of Race and Racism in the New Education Program for Young People and Adults ("New EJA "), Implemented by the State Department of Education of Rio de Janeiro. This research is classified as quali-quantitative, since 105 questionnaires were applied to EJA high school students in two state schools in the municipality of Mesquita, in the state of Baixada Fluminense. In addition to building a profile of the students, the data comprise the EJA as a result of socioeconomic inequality. It was found that the majority are young, black, unemployed or working informally. It was also verified the silencing of basic school contents. It is necessary to consider the context that the students are inserted as well as the fight against any form of discrimination.

Keywords: Education of Young and Working Adults; Breed; Racism; Law 10.639 / 03; Pedagogical Practice

INTRODUÇÃO

O racismo é um problema estrutural na sociedade brasileira e seu combate, também passa, obrigatoriamente, pela intervenção educativa, pois Silva (2007) destaca a relevância social dos conteúdos ministrados na escola. Sejam eles quais forem, estão condicionados à possibilidade de levar o educando a compreender sua condição na sociedade e como essa condição foi estruturada e construída culturalmente.

[...] para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores – em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade –, temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar [...] (HOOKS, 2013, p.51).

Daí a importância de refletirmos como a questão da raça e racismo é tratada no sistema escolar, uma vez que acreditamos que este seja capaz de transformar o imaginário, valores, culturas e condutas em especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que a raça e o racismo e a referida modalidade de ensino, nunca andaram separadas (ARROYO, 2007).

Percebemos com o auxílio das pesquisas sobre a história e sujeitos da EJA (PASSOS, 2005; SILVA, 2010) que os estudantes negros sempre estiveram presentes nessa modalidade da educação, justamente por fazer parte da população que por várias causas foi excluída do processo educacional (ARROYO, 2006).

Considerando a Lei 10.639/03 que torna os conhecimentos sobre as questões étnico-raciais obrigatórias em quaisquer modalidades da Educação Básica, este artigo tem como objetivo analisar as dimensões da questão racial no Programa Nova Política de Educação para os Jovens e Adultos (“Nova EJA”) implantado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), em janeiro de 2013.

Esta pesquisa se classifica como quali-quantitativa (ANDRÉ, 1998), pois foram aplicados no total 105 questionários constituídos de perguntas abertas e fechadas em duas escolas sob a administração da SEEDUC/RJ, no município de Mesquita, na Baixada Fluminense.

Os dados foram analisados em consonância com os referenciais teóricos de autores que compreendem a EJA como fruto da desigualdade socioeconômica gerada pelo sistema capitalista (RUMMERT, 2007; VENTURA e RUMMERT, 2011; VENTURA, 2011), que excluiu do sistema educacional a parcela mais subalternizada da classe trabalhadora. Sendo esta parcela constituída, em sua imensa maioria, por estudantes negros, mas que as pesquisas acadêmicas ora consideram a dimensão de

classe, ora a dimensão de raça, mas nunca aglutinam essas duas dimensões, muito menos a prática pedagógica.

Tratar a questão racial na EJA, portanto, está de acordo com os princípios básicos dessa educação que visa o respeito à diversidade e à conscientização dos sujeitos. Sendo assim, este artigo está dividido em duas partes centrais: a primeira apresentará e discutirá o perfil dos educandos, já a segunda refletirá sobre alguns elementos importantes a serem pensados na construção da prática pedagógica na EJA, isso significa um avanço qualitativo e positivo também para os (as) brancos (as).

Esse exercício reflexivo fundamenta-se em perspectivas como a de Gomes (2011, p.95), pois esses sujeitos “[...] passam por um processo afirmativo diante da ancestralidade negra, da presença do negro na sua história familiar e na sua conformação como sujeitos [...]”. A negritude deixa de ocupar o lugar da negatividade e passa a ser motivo de orgulho para negros e brancos.

Vale informar que compreendemos estudantes negros como os indivíduos classificados como pretos e pardos nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois “se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante (...)” (SANTOS, 2002, *apud*, GOMES, 2012).

O PÚBLICO DA EJA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA “NOVA EJA”

A aplicação dos 105 questionários com perguntas abertas e fechadas foi realizada no segundo semestre de 2016, com o objetivo de traçar um perfil socioeconômico e racial dos estudantes e, dimensões do conhecimento sobre a questão racial que atravessam as vidas dos estudantes do Ensino Médio (EM).

Notou-se a necessidade de conhecer o perfil dos sujeitos, a fim de se construir reflexões para uma prática pedagógica que contemple a realidade dos mesmos, pois segundo Gomes (2012, p.729): “a discussão sobre Raça no Brasil e nos mais variados contextos não se faz no isolamento. Antes, ela se articula às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas”.

Conforme a tabela a seguir, a maioria dos alunos da EJA se auto declararam negros (pretos e pardos): 73,7%, confirmando assim, o que já nos apontou Arroyo (2007) que a questão racial e a EJA andam de mãos dadas.

Tabela 1. Cor ou Raça dos estudantes do Programa “Nova EJA”

Cor ou Raça (IBGE)						
Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Outros	NR (não respondeu)
13,7%	22,3%	7,8%	53,2%	1%	1%	1%

Fonte: Pesquisadores

Alguns estudos têm mostrado que a cor da pele desempenha, no Brasil, um importante fator de diferenciação e ou estratificação social (SABOIA, 1998). Gomes (2012) nos ajuda a compreender esse contexto quando sinaliza as origens dessa situação:

[...] antes mesmo de se consolidar como um conceito da ciência, ela (Raça) foi sendo formulada como uma ideia, uma representação social e, portanto, uma forma de classificação social imbricada nas estratégias de poder colonial. Esta noção foi sendo tornando, paulatinamente, um instrumento de poder econômico, político, cultural, epistemológico e até pedagógico. A empreitada colonial educativa e civilizatória esteve impregnada da ideia de raça (GOMES, 2012, p.730).

Para além da auto declaração, outro dado que revela um fenômeno crescente na EJA é a grande quantidade de jovens, o que impõem novos desafios tanto no âmbito das formulações de políticas públicas, de gestão, prática pedagógica, além do convívio entre os próprios estudantes. Considerando que a maioria desses estudantes são jovens e negros. Passos (2005, p. 54), defende que “Estudar a relação entre jovens negros e EJA significa a possibilidade de dar visibilidade a um segmento social que, apesar da discriminação e da exclusão social que sofrem, criando e recriando estratégias para resistir”.

Lembrando que o Estatuto da Juventude considera jovens pessoas entre 15 e 29 anos de idade, conforme a Lei nº 12.852/2013ⁱ. Não obstante, dados da tabela abaixo ressaltam um crescente aumento de pessoas no início da fase adulta na EJA.

Tabela 2: Faixa etária dos estudantes do Programa “Nova EJA”

Faixa etária							
18 a 21	22 a 29	30 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 65	65 ou mais	NR (não respondeu)
49%	16,6%	8,8%	18,9%	4,9%	0%	0,9%	0,9

Fonte: Pesquisadores

Verificou-se que ao serem desagregadas por raça/cor do alunado do Ensino Médio as taxas de distorção série/idade entre os/as jovens negros/as são as piores. Essas informações ainda nos induzem a refletir que a resolução dessas desigualdades possivelmente não se encerra simplesmente na redução das desigualdades socioeconômicas.

Uma característica marcante do público da EJA está relacionada ao mundo do trabalho, mais especificamente à situação emprego e renda. Como demonstra a tabela abaixo, cerca de 50% dos 105 estudantes pesquisados, está desempregada. Soma-se a isso o fato de 22,5% estarem no emprego informal, ou seja, sem garantia de direitos.

Tabela 3: Situação empregatícia e faixa salarial dos estudantes do Programa “Nova EJA”

Situação empregatícia				
Desempregado	Emp. formal	Emp. informal	Aposentado	NR (não respondeu)
50,9%	23,5%	22,5%	1,2%	1,9%
Faixa salarial				
Sem renda	Menos que 1 salário	Entre 1 e 2 salários	Entre 2 e 3 salários	Mais de 3 salários
46%	20,9%	26,4%	5,8%	0,9%

Fonte: Pesquisadores

Os dados evidenciam que a EJA é constituída da parcela da classe trabalhadora mais suscetível à conjuntura e estrutura que o sistema capitalista impõe ao mundo do trabalho.

É possível dialogar tais informações com os pressupostos de Florestan Fernandes (1989), visto que o negro brasileiro, além de enfrentar as barreiras sociais, enfrenta no dia a dia as barreiras raciais. Estes se tornam assim duplamente explorados, pela condição de classe e pela condição de negro, visto que, mesmo aqueles que conseguem superar as barreiras sociais se deparam, na sequência, com as barreiras raciais.

Portanto, a questão racial deve ser um componente importante a ser considerado na luta de classes no país, bem como a questão de classe deve ser considerada na superação das desigualdades raciais, pois na análise do fenômeno do racismo, bem como na análise da luta pela sua superação, é preciso considerar que este está presente, inclusive, na classe dos trabalhadores, tendo em vista a eficácia da ideologia de dominação racial (GOMES, 2012).

DIMENSÕES DA QUESTÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES: ELEMENTOS PARA REPENSAR A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Sendo o público desta modalidade majoritariamente negro, ele, também, é portador de bagagem cultural e vivências no campo das relações raciais indispensáveis para o aprimoramento das propostas políticas pedagógicas comprometidas com uma pedagogia antirracista. O que Hooks (2013) denomina de “códigos culturais”.

Logo, se faz necessário, no caso específico da abordagem das relações étnico-raciais na escola, desconstruir o silenciamento dos currículos no que se refere ao reconhecimento positivo das matrizes africanas na história e cultura brasileiras. Inclusive no que tange a educação de jovens e adultos trabalhadores, já que um grande número de educandos são pretos e pardos, impedindo reflexões/problematizações fortalecendo o mito da Democracia Racial.

Essa situação fica evidente ao analisarmos as tabelas abaixo. A maioria dos estudantes da EJA (94,6%) afirma a existência do racismo no Brasil, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 4: Percepção dos estudantes do Programa “Nova EJA” sobre o Racismo no Brasil

Existe racismo no Brasil?			
Sim	Não	NR(Não respondeu)	NS(Não sabe)
94,6%	1,6%	2,9%	0,9%

Fonte: Pesquisadores

O fato de quase 100% dos estudantes reconhecerem existência do Racismo no Brasil é um avanço, entretanto, essa situação precisa ser problematizada, uma vez que não basta reconhecê-lo. Precisamos construir estratégias para combatê-lo, uma vez que foi o Racismo como já apontado anteriormente um dos fatores que fizeram esses estudantes negros estarem frequentando as salas de aula da EJA.

Já cerca de 20% dos estudantes, não conseguem identificar alguma relação entre o Brasil e continente africano, conforme tabela 5.

Tabela 5: Percepção dos estudantes do “Nova EJA” sobre a relação entre Brasil e África.

Existe alguma relação entre o Brasil e África?

Sim	Não	NR(Não respondeu)	NS(Não sabe)
77,4%	8,8%	9,8%	4,0%

Fonte: Pesquisadores

De acordo com Gonçalves e Silva (2009), o currículo formal e o currículo em ação atualmente em vigor nas escolas, ao apresentar distorções sobre a questão racial, têm contribuído para a negação do pertencimento étnico-racial.

Valer ressaltar que Hooks (2013, p. 53) amparada em Freire (1996), aponta que “nenhuma educação é politicamente neutra”, portanto as escolhas curriculares possuem intenções políticas, muitas vezes, de subalternização e inviabilização da população negra, perpetuando assim, o racismo em nossa sociedade.

Quando os estudantes foram indagados sobre Políticas de Ações Afirmativas, mais de 60% afirmaram desconhecê-las. Considerando que os referidos discentes estão no EM e brevemente poderão se inscrever no Exame Nacional Ensino Médio (ENEM), é vital conhecer direitos garantidos por lei específica para povo negro, devendo colocar essa questão como pauta de discussão na escola.

Tabela 6: Percepção dos estudantes do Programa “Nova EJA” sobre as Leis de Cotas

Você sabe que são Políticas de Ações afirmativas/Leis de Cotas?			
Sim	Não	NR (Não respondeu)	NS (Não sabe)
24,2%	62,1%	9,8%	3,9%

Fonte: Pesquisadores

Portanto, a partir da análise acima se faz urgente repensar não só os conteúdos, mas também as práticas pedagógicas incentivem o pertencimento étnico-racial dos estudantes negros. E aos estudantes não negros é importante ao acesso a esse conhecimento, desmitificando a ideia de que ao povo negro só foi delegado o lugar de subalternidade na história, sem considerar as lutas, os movimentos de resistências, as proezas e atos de coragens. Caso contrário os estigmas e estereótipos continuarão sendo perpetuados e isso se aglutinará a condição da parcela mais subalterna da classe trabalhadora, tendo desdobramentos na trajetória escolar desses estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da Lei 10.639/03, fruto da luta do Movimento Negro, precisa ser de fato efetivada pedagogicamente em todas as modalidades de ensino e disciplinas,

para que alçamos os reais objetivos que estão por trás dela, ou seja, a problematização das Relações Raciais na sociedade brasileira, no intuito de sanar a dívida social que este País tem com grande parte da população.

Propor novas práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade social brasileira significa reconhecer na trajetória de todos os sujeitos presentes na comunidade escolar, os saberes, a memória e os sinais do enfrentamento cotidiano diante da desigualdade social, econômica e racial, visto que os possíveis mecanismos de dominação foram empregados para apagar a sua identidade, a sua história.

Ao contrário do que pensam muitos educadores ressignificar positivamente a ancestralidade negra e trabalhar a questão étnico-racial na educação e na EJA, em específico, é contribuir para a emancipação e respeito à diversidade dos estudantes negros (as) e não negros (as).

Nesta direção, Gonçalves e Silva (2009, p. 45) reforça ao dizer que: “muitos professores se encontram ética e pedagogicamente despreparados”. E continua: “jogar capoeira, se fazer ver na companhia de pessoas negras, usar adereços, indumentárias, penteados de inspiração africana, não serão indicativos de reconhecimento da história cultural e dignidade dos negros”. Portanto é preciso investir em formação continuada dos docentes, não como fim, mas como um dos meios para que ocorra de fato a efetivação da Lei 10639/03. “Muitas vezes, os professores e os alunos no contexto multicultural têm de aprender a aceitar a diferentes maneiras de conhecer, novas epistemologias” (Hooks, 2013, p.59).

As limitações ainda são muitas, apesar dos avanços conquistados. No entanto, aos poucos, é possível vencer o despreparo de professores, a desatenção das editoras pelo tema, a forma equivocada da abordagem sobre o continente africano pelos meios de comunicação e os descasos por muitos grupos na academia.

O Brasil está tentando reescrever a sua história, reformulando conceitos, corrigindo distorções oriundas da cultura europeia e que foram impostas à sociedade brasileira pela elite dominante. A Lei é um passo importante no sentido da valorização cultural dos afrodescendentes brasileiros, torna-os visíveis perante a sociedade.

Sendo o conhecimento uma ferramenta de libertação, é utilizado pela classe dominante como mecanismo de opressão e alienação política, cultural e social (FREIRE, 1996). Medidas para uma distribuição mais justa do conhecimento são urgentes para que o ensino brasileiro não se aprisione ao mercado, direcionando a educação para formação de sujeitos capazes, buscando a equidade social e a quebra de

preconceitos tacanhos e inconcebíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. *Etnografia da prática escolar*. 2ª edição. Campinas: Papirus, 1998.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 111-130.

_____. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-50.

FERNANDES, Florestan. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 87-104.

_____. *Movimento negro e educação*. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cippola. Editora Mantins Fontes. São Paulo. 2013.

PASSOS, Joana Celia dos. Escolarização de jovens negros e negras. In: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Regina Pahim Pinto; Iolanda de Oliveira. (Org.). *Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: ANPED; Ação Educativa, 2005, v. 03, p. 53-65.

RUMMERT, Sônia Maria. A educação de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros no Século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. *Sísifo - Revista de Ciências da Educação*, nº 02, p. 21-34, jan./abr., 2007.

SABOIA, Ana Lúcia. Situação educacional dos jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. 2 v. Brasília: CNPD, 1998.

SILVA, Natalino Neves da. Afinal, todos somos iguais? *EJA, Diversidade étnico-racial e a Formação continuada de professores*. Minas Gerais, Editora Mazza, 2007.

_____. Juventude Negra na EJA: *o direito à diferença*. Belo horizonte: Mazza Edições, 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.168-178.

VENTURA, Jaqueline. Trajetória Histórica da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. In: Ciavatta, Maria; Tiriba, Lia. (Org.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. 1ª ed. Brasília/Niterói: Liber Livro/Editora UFF, 2011.

_____; RUMMERT, Sônia. Considerações político-pedagógicas sobre as especificidades da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Org.). *Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas*. Rio de Janeiro: NAU Editora / EDUR, 2011, p. 67-85.

ⁱ Portal do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em 05/01/2018.